

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – Papel da Hermenêutica	5
1. Análise introdutória	5
1.1 A compreensão da hermenêutica.....	9
1.1.1 Métodos e tipos	12
1.1.2 Métodos	14
1.1.2.1 Interpretação gramatical.....	14
1.1.2.2 Interpretação lógica.....	15
1.1.2.3 Interpretação sistemática	17
1.1.2.4 Interpretação histórica, sociológica e evolutiva.....	19
1.1.2.5 Interpretação teleológica e axiológica.....	22
1.1.3 Tipos.....	24
1.1.3.1 Interpretação especificadora.....	24
1.1.3.2 Interpretação restritiva.....	25
1.1.3.3 Interpretação extensiva	27
1.1.4 Integração jurídica	29
1.1.4.1 Analogia	31
1.1.4.2 Costumes, princípios gerais de direito, equidade	33
1.1.4.3 Considerações sobre a integração.....	35

Capítulo II – Hermenêutica e Direito do Trabalho.....	37
2. Posição do Direito do Trabalho.....	37
2.1 Teorias do Direito do Trabalho.....	40
2.2 Integração jurídica – métodos trabalhistas típicos.....	48
2.2.1 Jurisprudência	50
2.2.2 Analogia	55
2.2.3 Equidade	56
2.2.4 Princípios típicos do Direito do Trabalho	60
2.2.5 Usos e costumes	66
2.2.6 Direito comparado.....	71
2.2.7 Direito comum	74
2.3 O papel da doutrina	85
Capítulo III – Ampliação dos Objetos de Análise – O Legislado e o Julgado	89
3. Mudanças de paradigmas históricos	89
3.1 Evolução da tensão normativa	90
3.2 Considerações sobre o cenário da normatividade	114
Capítulo IV – As Novas Fontes Normativas	117
4. Aspectos introdutórios	117
4.1 Fontes formais do Direito do Trabalho	118
4.2 O novo papel do direito processual.....	120

4.3 Disposições específicas sobre formação de normas.....	123
4.3.1 Decisões judiciais com efeito vinculante	134
4.3.1.1 Decisões do Supremo Tribunal Federal.....	135
4.3.1.1.1 Decisões em matéria de controle concentrado de constitucionalidade	135
4.3.1.1.2 Enunciados de súmulas vinculantes e a reclamação	136
4.3.1.2 Processos de natureza repetitiva	145
4.3.1.2.1 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	146
4.3.1.2.2 Recurso de Revista Repetitivo.....	155
Capítulo V – Método Extralegal de Formação Normativa	171
5. Direito comparado – Critérios	171
5.1 Os assentos portugueses	174
5.2 Outras formas de positivação de normas a partir do Poder Judiciário	180
5.3 Análise conclusiva do método extralegal.....	199
Capítulo VI – Hermenêutica dos Precedentes	205
6. A origem normativa dos precedentes e forma de compreensão	205
6.1 Escolas declaratórias e constitutivas dos precedentes	206

6.2 Escolas declaratórias e constitutivas dos precedentes brasileiros	213
6.3 Elementos de compreensão hermenêutica dos precedentes.....	222
Capítulo VII – Da Hermenêutica Geral para a Hermenêutica dos Precedentes	253
7. A construção do precedente.....	253
7.1 Análise de um caso concreto.....	254
7.1.1 Decisão de afetação de recurso de revista repetitivo	256
7.1.2 Deliberações do Ministro Relator	257
7.1.3 Do procedimento de participação pública dos interessados.....	260
7.1.4 Do incidente para solução da questão jurídica quanto à competência.....	263
7.2 Do mérito do julgado	266
7.2.1 Hermenêutica clássica na formação do precedente.....	266
7.2.2 Hermenêutica própria para a aplicação do precedente	274
7.3 Conclusão.....	277
Conclusão.....	279
Referências	283
Sites consultados:.....	296